

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.231 - RN (2019/0284571-8)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : THIAGO ALBUQUERQUE BARBOSA DE SA
REPR. POR : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECAO RIO GRANDE DO NORTE
ADVOGADOS : ALDO DE MEDEIROS LIMA FILHO - RN001662
THIAGO CORTEZ MEIRA DE MEDEIROS E OUTRO(S) - RN004650
FERNANDA RIU UBACH CASTELLO GARCIA - RN004438
PAULO AUGUSTO PINHEIRO DA SILVA - RN009790
ANNE DANIELLE CAVALCANTE DE MEDEIROS - RN013523
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por **THIAGO ALBUQUERQUE BARBOSA DE SÁ**, representado pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO RIO GRANDE DO NORTE, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte no HC n.º 0803000-79.2019.8.20.0000.

Consta nos autos que o Recorrente foi denunciado pela suposta prática do delito previsto no art. 2.º, *caput* (promover, constituir, financiar ou integrar organização criminosa), § 2.º (emprego de arma de fogo) e § 4.º (participação de criança ou adolescente), da Lei n.º 12.850/2013 c/c o art. 29 do Código Penal, porque teria passado a integrar, de forma contínua, estável e ininterrupta, a organização criminosa armada Primeiro Comando da Capital, em Natal/RN - PCC, fazendo parte, em tese, da célula denominada "Sintonia das Gravatas", e servindo de elo de comunicação das atividades criminosas entre os líderes presos e aqueles que estão em liberdade (e-STJ, fls. 45-102).

Pugnando pelo trancamento da ação penal por inépcia da denúncia, atipicidade da conduta e ausência de justa causa, a defesa impetrou prévio *writ*, cuja ordem foi denegada, por meio de acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 272-273):

"EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. PRETENSO TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ALEGADA AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA E INÉPCIA DA INICIAL. INOCORRÊNCIA. EXISTÊNCIA DE LASTRO PROBATÓRIO MÍNIMO CAPAZ DE SUPEDANEAR A DENÚNCIA. REQUISITOS DO ART. 41 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL ATENDIDOS. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER CAUSA DE REJEIÇÃO DA PEÇA ACUSATÓRIA PREVISTA NO ART. 395 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRESENÇA DE INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE DO CRIME DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, CAPITULADO NO ARTIGO 2º, *CAPUT*, § 2º E § 4º DA LEI Nº 12.850/2013. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. CONSONÂNCIA COM PARECER DA 10ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA, EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL A 9ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA."

Superior Tribunal de Justiça

No presente recurso, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Rio Grande do Norte reitera do pedido de trancamento da Ação Penal n.º 0102709-10.2018.8.20.0145, alegando que a denúncia não preenche os requisitos do art. 41 do CPP, "por sequer descrever uma conduta concreta que pudesse se relacionar com os elementos do tipo penal" (e-STJ, fls. 343).

Afirma que, como resultado das interceptações telefônicas, há apenas uma conversa do recorrente com dois membros do PCC, dando a entender que ele seria advogado de um dos integrantes da organização criminosa, conduta que não é tipificada como crime.

Aponta a ausência de suporte probatório mínimo para amparar a acusação. Pugna pelo trancamento da Ação Penal n.º 0102709-10.2018.8.20.0145 em tramitação perante a Vara Única de Nísia Floresta/RN.

Sem pedido liminar.

O Ministério Público opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 403-411).

É o relatório.

Decido.

Nos termos do entendimento consolidado desta Corte, o trancamento da ação penal e do inquérito por meio do *habeas corpus* é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito.

Quanto ao tema, os seguintes julgados de ambas as Turmas que compõe a Terceira Seção:

"PROCESSUAL PENAL. DENÚNCIA. SONEGAÇÃO FISCAL. CRIME SOCIETÁRIO. AUTORIA COLETIVA. EMPRESA FAMILIAR. RECORRENTES ESPOSAS DE SÓCIOS. DESCRIÇÃO FÁTICA GENÉRICA. SUFICIÊNCIA. DEMONSTRAÇÃO DE INDÍCIOS DE AUTORIA. INÉPCIA. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO PENAL. TRANCAMENTO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Nos crimes de autoria coletiva admite-se a descrição genérica dos fatos, se não for possível, como na espécie, esmiuçar e especificar a conduta de cada um dos denunciados.

2. Indícios de autoria demonstrados, tanto mais que se trata de uma empresa familiar, sendo as recorrentes, sócias e gerentes, segundo a própria defesa, esposas de outros sócios do grupo empresarial.

3. Tese de inexistência de liame da sua atuação com os fatos narrados que não se reveste de credibilidade na via eleita.

Plausibilidade da acusação.

4. Direito de defesa assegurado, em face do cumprimento dos requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal.

5. O *habeas corpus* não se apresenta como via adequada ao trancamento da ação penal, quando o pleito se baseia em falta justa causa (ausência de suporte probatório mínimo à acusação), não relevada, *primo oculi*. Intento, em tal caso, que demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com a via restrita do *writ*.

6. Recurso não provido." (RHC 66.363/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe

Superior Tribunal de Justiça

10/03/2016, sem grifos no original.)

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ART. 89 DA LEI N. 8.666/1993. FRAUDE À LICITAÇÃO. DESVIOS DE VERBAS PÚBLICAS FEDERAIS. CESSÃO ILEGAL DE CONTRATOS. ACUSADO MERO PROCURADOR DA EMPRESA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL PELO TRIBUNAL A *QUO*. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7 E 83 DO STJ.

1. Esta Corte de Justiça admite o trancamento de ação penal em sede de *habeas corpus* quando demonstrada, de plano, a atipicidade da conduta, a extinção da punibilidade ou a manifesta ausência de provas da existência do crime e de indícios de autoria.

2. É certo que, para o oferecimento da denúncia, não se exige prova conclusiva acerca da autoria delitiva, mas apenas indícios desta. Entretanto, deve haver lastro probatório mínimo para a instauração da *persecutio criminis in iudicio* em desfavor do acusado, sob pena de ofensa aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

3. No caso, diante do quadro delineado pela instância ordinária, não resta dúvida que a análise da tese de que o recorrido tinha ciência das irregularidades nas licitações, estando configurada a co-autoria delitiva e que, dessa forma, haveria justa causa para a propositura da ação penal, demandaria o reexame de matéria fática, inviável em recurso especial, por força da Súmula 7 desta Corte, mormente considerando que o acusado não integrava o quadro societário da empresa, tendo assinado o contrato na qualidade de mero procurador, nos estritos limites dos poderes a ele outorgados.

4. De notar, ainda, que o Superior Tribunal de Justiça, acompanhando o entendimento do Supremo Tribunal Federal manifestado no julgamento do Inquérito n. 2.482/MG, em 15/09/2011, tem firme o posicionamento de que a consumação do crime previsto no art. 89 da Lei n. 8.666/1993 exige a demonstração do dolo específico do agente de causar dano ao erário e a efetiva ocorrência de prejuízo aos cofres públicos. Incidência da Súmula 83 deste Tribunal.

5. Agravo regimental a que se nega provimento."(AgRg no REsp 1430842/PB, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 03/08/2015.)

No caso, a denúncia descreve os seguintes fatos da seguinte maneira (e-STJ, fls. 89-102; grifos conforme o original):

"IV. IMPUTAÇÃO E INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONDUTAS: ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, ART. 2º, CAPUT, §§ 2º, 3º E 40, I, DA LEI N.º 12.850/2012

O PCC criou "**sintonia os gravatas**", inicialmente, para prestar serviços exclusivamente jurídicos aos líderes pertencentes à sintonia final geral ou do conselho deliberativo da organização criminosa "PCC". Contudo, com o passar do tempo, este núcleo evoluiu, deixando de prestar apenas assessoria jurídica para, agora, servir de elo de comunicação das atividades criminosas entre os líderes presos e aqueles que estão em liberdade.

Assim, pelo que restou demonstrado nas investigações que o integrante do PCC- RN, METENDO BALA, era o responsável pela coordenação da célula jurídica denominada de "R" ou "Sintonia dos Gravatas". Sua função era a de coordenar os núcleos de assessoria administrativa, jurídica, auditoria da organização, elaboração de relatórios, possuindo, inclusive, ascensão sobre parte do setor financeiro da facção.

A partir desta célula, **os advogados Integrantes prestam serviços aos integrantes da organização criminosa, fazendo parte da mesma e tendo ciência que são funcionários da organização criminosa.**

É certo que o pagamento de todos esses serviços expostos é feito com recursos de origem ilícita da própria organização criminosa, obtidos com o lucro do narcotráfico e demais crimes afins.

Assim, tendo plena consciência de que a origem do dinheiro que movimentam é oriundo do setor do "progresso" (tráfico de drogas), da "cebola" (mensalidade paga pelos integrantes) e das "rifas" (sorteios bimestrais organizados pelos presos), os advogados **GERSON FANUEL DE OLIVEIRA ROCHA e THIAGO ALBUQUERQUE BARBOSA DE SA** passaram a integrar "quadro jurídico" da facção, com os demais presos aqui investigados, ocupando ou não função nos quadros de liderança das sintonias, mantendo ou não contato direto com armamento ou com as substâncias entorpecentes, participando ou não da corrupção de agentes públicos do Estado, contribuíram e concorreram direta ou indiretamente, para o projeto de poder e esquema criminoso da maior organização criminosa do País, o PCC - Primeiro Comando da Capital.

THIAGO ALBUQUERQUE BARBOSA DE SA é o advogado do PCC no Estado, conforme conversa entre JULIANO (Geral do Estado do RN) e CAROL (Advogada não identificada):

[...]

Por ser contratado pelo PCC, todo atendimento realizado por **THIAGO ALBUQUERQUE BARBOSA DE SA**, só acontece após contato do responsável pela sintonia da gravata:

[...]

Em dado momento, os integrantes do PCC começam a discutir a substituição do advogado da facção **THIAGO ALBUQUERQUE BARBOSA DE SA** por **GERSON FANUEL DE OLIVEIRA ROCHA**, em virtude de várias pessoas já terem conhecimento que o primeiro é o advogado do PCC-RN.

[...]

GERSON FANUEL DE OLIVEIRA ROCHA trata com integrantes do PCC sobre o seu batismo na facção, para substituir **THIAGO ALBUQUERQUE BARBOSA DE SA** na função de "gravata".

[...]

IV. DA TIPIFICAÇÃO

Assim agindo, **THIAGO ALBUQUERQUE BARBOSA DE SA e GERSON FANUEL DE OLIVEIRA ROCHA** cometeram o crime tipificado no art. 2º, *caput* (promover, constituir, financiar ou integrar organização criminosa), com as causas de aumento de pena do art. 2º, §2º (emprego de arma de fogo), §4º, I (participação de criança ou adolescentes) da Lei 12850/2013 c/c com o art. 29 do CP

Superior Tribunal de Justiça

(quem concorre para o crime incide nas penas a esta cominada, na medida de sua culpabilidade)."

O Tribunal Estadual, ao denegar a ordem de *habeas corpus*, se valeu da seguinte fundamentação (e-STJ, fls. 274-281):

"Compulsando os documentos juntados aos autos, em especial a peça acusatória, fls. 44/158, observa-se que estão presentes os requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, pois houve a exposição do fato criminoso e todas as suas circunstâncias, tendo o órgão acusador delimitado a conduta do réu de forma clara e apta a ensejar o regular processo e o exercício da ampla defesa, tanto que foi possível a apresentação de defesa prévia por parte do acusado, conforme exposto pela autoridade coatora.

Depreende-se dos autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática do crime de organização criminosa, capitulado no artigo 2º, *caput*, § 2º e § 4º da Lei nº 12.850/2013, tendo em vista que supostamente integra a organização criminosa PCC – Primeiro Comando da Capital, em Natal/RN, fazendo parte da célula denominada “Sintonia das Gravatas” servindo de “elo de comunicação das atividades criminosas entre os líderes presos e aqueles que estão em liberdade”.

Ressalte-se que não é cabível a valoração das provas quando do juízo de admissibilidade da denúncia realizado pela autoridade coatora, devendo essa limitar-se ao recebimento da peça de acusação, caso não constatado hipótese de rejeição prevista no art. 395 do Código de Processo Penal.

Após a instrução processual, é que se conclui pela responsabilidade penal ou não do paciente.

Por seu turno, no caso em testilha, não se observa a incidência de qualquer causa de rejeição da denúncia prevista no art. 395, do Código de Processo Penal, nem mesmo a falta de justa causa para o exercício da ação, essencialmente porque o fato descrito na peça acusatória, configura, em tese, o delito previsto no artigo 2º, *caput*, § 2º e § 4º da Lei nº 12.850/2013.

Ressalte-se que, ainda que a quebra do sigilo telemático do paciente tenha sido considerada ilegal (MS nº 0806791-90.2018.8.20.0000), dos autos observo que **existem indícios e elementos extraídos de conversações entre outros integrantes da facção criminosa, em que há clara menção à participação do paciente como integrante da família PCC.**

Exemplo disso é a conversa estabelecida entre dois integrantes da organização criminosa (Docinho e Nícolas), onde tratam, na ocasião, da substituição do paciente, na função de “gravata” por outro advogado, em virtude de várias pessoas já terem conhecimento do seu envolvimento com a facção criminosa.

[...]

Dessa forma, presente a materialidade e os indícios da autoria delitiva no contexto da denúncia ofertada pelo Ministério Público, evidenciadas diante das provas coletadas, verificam-se elementos suficientes e capazes para a propositura da ação penal, de modo que o recebimento da denúncia com esse fundamento não é manifestamente ilegal, razão pela qual não pode ser fulminada de

Superior Tribunal de Justiça

plano pela via estreita do *habeas corpus*.

Assim, não visualizo estar presente nenhuma das situações alegadas pelo impetrante.

Somente a análise profunda do conjunto probatório dos autos da ação penal poderia levar a se concluir pela existência ou não das alegações do paciente e tal análise não encontra possibilidade no rito do *writ*.

[...]

Ressalte-se outrossim, que como exposto pelo magistrado *a quo*, fls. 225/234, **a decisão que recebeu a denúncia não faz menção ao conteúdo das interceptações telemáticas em desfavor do paciente que foram objeto do referido mandado de segurança, estando respaldada, portanto, nos demais elementos de prova constantes dos autos.**"

Por certo, embora não se admita a instauração de processos temerários e levianos ou despidos de qualquer sustentáculo probatório, nessa fase processual deve ser privilegiado o princípio do *in dubio pro societate*. De igual modo, não se pode admitir que o Julgador, em juízo de admissibilidade da acusação, termine por cercear o *jus accusationis* do Estado, salvo se manifestamente demonstrada a carência de justa causa para o exercício da ação penal.

Em verdade, a denúncia deve ser analisada de acordo com os requisitos exigidos pelos arts. 41 do CPP e 5º, LV, da CF/1988. Portanto, a peça acusatória deve conter a exposição do fato delituoso em toda a sua essência e com todas as suas circunstâncias, de maneira a individualizar o quanto possível a conduta imputada, bem como sua tipificação, com vistas a viabilizar a persecução penal e o exercício da ampla defesa e do contraditório pelo réu (Nesse sentido: RHC 56.111/PA, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 1/10/2015; RHC 58.872/PE, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 1/10/2015; RHC 28.236/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 1/10/2015).

"O exame da admissibilidade da denúncia se limita à existência de substrato probatório mínimo e à validade formal da inicial acusatória" (g. n., STF, Inq 3.113/DF, 1.ª Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, DJ-e de 06/02/2015).

No caso em exame, tendo havido a narração de fato típico, antijurídico e culpável, com a devida acuidade, suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do crime e o rol de testemunhas, viabilizando a aplicação da lei penal pelo órgão julgador e o exercício da ampla defesa pela denuncia, forçoso reconhecer que a peça acusatória permite a deflagração da ação penal.

Outrossim, da análise da peça acusatória, verifica-se a existência de justa causa para a persecução penal, consubstanciada nas provas produzidas no procedimento investigativo, revelando a existência "de indícios e elementos extraídos de conversações entre outros integrantes da facção criminosa, em que há clara menção à participação do paciente como integrante da família PCC" (e-STJ, fl. 275).

A esse respeito, conforme devidamente consignado pelo Ministério Público Estadual nas contrarrazões recursais, "os elementos extraídos das conversas entre alguns integrantes da facção criminosa - que não se refere a quebra do sigilo telemático do Paciente que foi considerada ilegal - fazem referência à participação do Paciente como 'integrante da Família PCC'." (e-STJ, fls. 369).

Narra a inicial que os advogados prestam serviços aos integrantes da

organização criminosa, tendo ciência de que fazem parte dela, como funcionários, e que o "pagamento de todos esses serviços expostos é feito com recursos de origem ilícita da própria organização criminosa, obtidos com o lucro do narcotráfico e demais crimes afins." (e-STJ, fl. 90).

Em relação ao paciente, a denúncia revela que, "tendo plena consciência de que a origem do dinheiro que movimentam é oriundo do setor do "progresso" (tráfico de drogas), da "cebola" (mensalidade paga pelos integrantes) e das "rifas" (sorteios bimestrais organizados pelos presos), os advogados GERSON FANUEL DE OLIVEIRA ROCHA e **THIAGO ALBUQUERQUE BARBOSA DE SA** passaram a integrar "quadro jurídico" da facção, com os demais presos aqui investigados, ocupando ou não função nos quadros de liderança das sintonias, mantendo ou não contato direto com armamento ou com as substâncias entorpecentes, participando ou não da corrupção de agentes públicos do Estado, contribuíram e concorreram direta ou indiretamente, para o projeto de poder e esquema criminoso da maior organização criminosa do País, o PCC - Primeiro Comando da Capital." (e-STJ, fls. 90).

Considerando todo o exposto, isto é, diante dos indícios de autoria e materialidade, e devidamente caracterizada a subsunção da conduta do paciente ao tipo penal descrito na denúncia, faz-se necessário o prosseguimento da persecução criminal.

A corroborar tal entendimento, os seguintes julgados desta Corte:

"RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ARMADA. COMÉRCIO ILEGAL DE ARMA DE FOGO, EXPLOSIVOS, ACESSÓRIOS E MUNIÇÕES DE USO RESTRITO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. CONDUTA DELITUOSA NARRADA EM TODAS AS SUAS CIRCUNSTÂNCIAS. INDÍCIOS DO CONLUÍO ENTRE OS AGENTES DEVIDAMENTE DEMONSTRADO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. EXCEPCIONALIDADE NÃO DEMONSTRADA. PERSECUÇÃO CRIMINAL DEFLAGRADA A PARTIR DE INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS. EXAME ACURADO DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE.

1. **A denúncia atende aos requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, uma vez que narra, com todas as circunstâncias, a prática do delito de organização criminosa**, bem como do crime de comércio clandestino de armas de fogo, explosivos, acessórios e munições de uso restrito, demonstrando evidências claras do conluio criminoso entre os denunciados, haja vista que, além de o recorrente ser o proprietário do sítio - onde se encontravam armazenadas as armas e munições e onde os denunciados se encontravam para o planejamento dos crimes -, as interceptações telefônicas, autorizadas judicialmente, demonstram que ele mantinha contato com vários denunciados, negociando munições de armas de fogo, comentando, com preocupação, as prisões de alguns dos integrantes da organização, comunicando-se, por vezes, de forma codificada, o que permite inferir o intuito de atrapalhar as investigações.

2. **Afastada a inépcia da denúncia, o trancamento prematuro da ação penal somente se justificaria se, de plano, fossem comprovadas a ausência de justa causa, a atipicidade da conduta**

ou a ocorrência de causa extintiva da punibilidade, o que não ocorreu. Na hipótese, há lastro probatório mínimo exigido para a deflagração da persecução penal, sendo certo que maior incursão na seara fático-probatória compete à regular instrução criminal, no caso praticamente encerrada.

3. É legítima a prisão cautelar decretada com o fim de garantir a ordem pública, dada a gravidade concreta do agente e da ação criminosa. 4. Havendo fatores reais de cautelaridade aptos a demonstrarem a necessidade da prisão preventiva, não se mostram suficientes para o caso em análise as medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal. Ademais, eventuais condições pessoais favoráveis, nessas circunstâncias, não têm o condão de, isoladamente, revogar a custódia cautelar.

5. Recurso em habeas corpus improvido."

(RHC 98.079/PE, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 27/05/2019, grifou-se).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. AUSÊNCIA DE DESCRIÇÃO DA CONDUTA DO ACUSADO. PEÇA INAUGURAL QUE ATENDE AOS REQUISITOS LEGAIS EXIGIDOS E DESCREVE CRIMES EM TESE. AMPLA DEFESA GARANTIDA. MÁCULA NÃO EVIDENCIADA.

1. Não pode ser acoimada de inepta a denúncia formulada em obediência aos requisitos traçados no artigo 41 do Código de Processo Penal, descrevendo perfeitamente as condutas típicas, cuja autoria é atribuída ao recorrente devidamente qualificado, circunstâncias que permitem o exercício da ampla defesa no seio da persecução penal, na qual se observará o devido processo legal.

2. Nos chamados crimes de autoria coletiva, embora a vestibular acusatória não possa ser de todo genérica, é válida quando, apesar de não descrever minuciosamente as atuações individuais dos acusados, demonstra um liame entre o seu agir e a suposta prática delituosa, estabelecendo a plausibilidade da imputação e possibilitando o exercício da ampla defesa. Precedentes.

3. **Na espécie, o Ministério Público narrou adequadamente os fatos imputados ao recorrente, consignando que integrava organização criminosa destinada à prática de crimes diversos, especialmente roubos e tráfico de drogas, e que possuía fortes conexões com criminosos pertencentes à facção denominada Comando Vermelho, sendo um dos responsáveis pela atuação nos pontos de venda de entorpecentes do grupo, narrativa que lhe permite o exercício da ampla defesa e do contraditório.**

[...]

3. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no RHC 108.162/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 19/03/2019, grifou-se).

Registre-se, por último, a conclusão do parecer ministerial no mesmo sentido (e-STJ, fl. 411; grifos constantes no original):

Superior Tribunal de Justiça

"17. Em síntese, inclusive diante do aforisma *in dubio pro societate*, **obstaculizar a tramitação da ação penal no nascedouro constituiria medida desarrazoada**, eis que **os fatos descritos na vestibular ministerial constituem crimes em tese**, razão pela qual se mostra evidenciada a presença da justa causa para a ação penal."

Ante o exposto, **nego provimento ao recurso**.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

